

Acerto prevê sete tipos de bônus

HELOISA VILLELA
Correspondente

NOVA YORK — O acordo assinado ontem pelo Brasil e os bancos credores estipula os sete bônus que serão usados para trocar a dívida por novos papéis, com prazos e taxas diferentes. O entendimento estabelece ainda uma fórmula para o pagamento de garantias, o pagamento dos juros atrasados de 1991 e 1992 e soluciona problemas pendentes do acordo de 1988.

O Governo ainda não sabe exatamente qual o volume de redução da dívida, mas o estima em 35%. O número final depende das opções que os bancos fizerem no cardápio oferecido pelo Brasil. Há seis bônus diferentes, dois deles com redução da dívida. O bônus de desconto tem 30 anos de prazo e 12 meses de garantia; a dívida é reduzida em 35%. O bônus ao par também tem um ano de garantia, não reduz o principal, mas tem taxa de juros prefixada, que cresce de 4% a 6% do primeiro ao sexto ano, e fica em 6% até o trigésimo ano.

As garantias que o Brasil terá que oferecer dependerão do número de bancos que optarem por

estes dois papéis. O país vai desembolsar US\$ 1 bilhão de suas reservas para as garantias, além de injetar mais dinheiro no pacote, dependendo do volume de dinheiro novo que receber dos bancos privados e das instituições multilaterais para estas garantias. A estimativa é de que receberá US\$ 1,6 bilhão desembolsará outros US\$ 1,6 bilhão, somando US\$ 3,2 bilhões. Este volume não deve cobrir o total de garantias necessário. A diferença será paga em parcelas, durante dois anos, o que é inédito na negociação da dívida externa dos países latino-americanos.

Há mais quatro opções. O Front-Loaded Interest Reduction Bond tem juros de 4% nos dois primeiros anos e sobe até 5% no sexto ano; daí em diante, passa a ter taxa de mercado (Libor) mais 13/16. O bônus de dinheiro novo tem taxa de mercado mais 7/8, mas exige que o banco aplique dinheiro no país, na proporção de 18,8% do montante da dívida trocada. O bônus de reestruturação e o Front-Loaded Interest Reduction com capitalização têm taxas prefixadas, começando em 4% e subindo gradativamente. Todos os papéis serão aceitos no programa de privatização.